

## DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO DO CONCEITO

CYNTHIA PIRES HARTWIG<sup>1</sup>; SHIRLEY GRAZIELI NASCIMENTO ALTEMBURG<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas-[cynthiahartwig@hotmail.com](mailto:cynthiahartwig@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas-[shirley.altemburg@gmail.com](mailto:shirley.altemburg@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O termo desenvolvimento passou a ser empregado correntemente na literatura econômica e na linguagem comum na década de 1950. A partir daí, a ideia de desenvolvimento torna-se componente ideológico essencial da civilização ocidental (Almeida, 1995).

A expressão desenvolvimento substitui a noção de progresso, como afirma ALMEIDA,

“De fato, a noção de progresso, que foi, do século 18 ao século 20, sucessivamente associada às ideias de perfeição, evolução, crescimento, não é mais hoje nem automática nem unicamente aplicada a uma seqüência histórica, generalizável para todos os povos e sociedades” (ALMEIDA, 1995, p.35).

A partir da década de 1960, os países não industrializados ou pouco industrializados do Terceiro Mundo, foram “invadidos” pela onda do desenvolvimentismo, modelo copiado das nações ocidentais industrializadas. As teorias desenvolvimentistas sustentam que os avanços técnico-científicos são suficientes para garantir o crescimento das virtudes e promover a liberdade dos homens.

Definido por (SANDRONI, 1985), desenvolvimentismo é um conjunto de políticas, que identificam o desenvolvimento como um processo de industrialização, de aumento da renda por habitante e de taxa de crescimento. Para a implementação da infra-estrutura o capital provém das grandes empresas nacionais, das estrangeiras e do Estado. Não estão na pauta das teorias desenvolvimentistas - as questões relativas à distribuição da renda, as condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento. No Brasil, o desenvolvimentismo teve grande expressão no governo de Juscelino Kubitschek (1955–1960) e no período da ditadura militar (1964-1985).

Em seqüência, novos fatores passam a ser incorporadas ao reduzido conceito de desenvolvimento. As discussões sobre desenvolvimento sustentável, articulando debates sobre a preservação dos recursos naturais, obtenção de fontes de energia limpa, preservação de determinados biomas, etc., passam a fazer parte da pauta de interesse da comunidade científica, dos gestores de algumas empresas privadas, das agendas de políticas públicas e da sociedade civil.

Autores que abordam o tema do desenvolvimento como Ignacy Sachs e Amartya Sen, abrem o leque do seu significado, pois acrescentam novos elementos à concepção vigente.

Sachs, 1995, propõe que o processo de desenvolvimento deve obedecer a seguinte hierarquia - o social no comando, o ecológico enquanto compromisso assumido em respeito às diversidades climáticas e biológicas de cada região e o econômico recolocado em seu papel instrumental de promover o crescimento, porém visando a distribuição equitativa de seus frutos.

Enquanto que, para Amartya Sen, economista e filósofo indiano, os verdadeiros fins do desenvolvimento, devem ser as próprias pessoas. De acordo com ele, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos (Sen, 2000).

Assim, o entendimento e a dimensão do significado da expressão desenvolvimento modificam-se com o passar dos anos. Acredita-se que a descrição do verdadeiro, justo, abrangente, profundo e atual significado de desenvolvimento, seja de difícil obtenção. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de demonstrar, de forma sintética, a evolução do conceito de desenvolvimento pela perspectiva de alguns autores em diferentes momentos da história.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, feita através da revisão teórica em livros e artigos científicos, que abordam a temática do desenvolvimento e seus desdobramentos. Esse tipo de pesquisa torna-se relevante porque permite “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p.27).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que se possa dar conta do objetivo proposto neste trabalho, realiza-se uma varredura no conceito de desenvolvimento, cerceando suas diferentes concepções e trazendo também para a discussão os diferentes adjetivos que este conceito assumiu ao longo do tempo.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a perspectiva do dualismo estrutural, destaca dois setores: o “tradicional” ou “dependente” e o “moderno”. O tradicional é composto por pequenas empresas que dispõem de menor aparato tecnológico e têm baixo nível de produtividade; e o moderno, composto por grandes empresas que utilizam um maior nível de tecnologia e, conseqüentemente, atingem um patamar mais elevado de produtividade (BRESER PEREIRA, 1977).

O dualismo (moderno/tradicional) caracteriza restritivamente as condições de desenvolvimento, tomando por base, predominantemente, indicadores de industrialização, de tecnologia e de produtividade. Exprime uma visão reducionista de desenvolvimento, pois não contempla a possibilidade de complementaridade entre o tradicional e o moderno, visão esta questionada por ALMEIDA, “Não seria também com o passado que se constituiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula rasa das aquisições devidas às culturas e tradições?” (ALMEIDA, 1995, p. 37).

Os economistas em geral, tratam o tema desenvolvimento em função de parâmetros e de índices passíveis de serem medidos e até mesmo de serem comparados entre diferentes regiões. O conceito de desenvolvimento é bastante associado ao de crescimento econômico, isto é, avaliado principalmente em termos de nível de industrialização, geração de emprego e de renda, nível de produtividade agrícola, volume de exportações, ingresso de capital estrangeiro, entre outros. Sob essa concepção, o mercado é considerado soberano, como se tivesse o poder de se auto-regular através das leis da oferta e da procura e de suas derivações.

Mesmo que a expressão “desenvolvimento social” esteja explícita nos escritos de alguns autores, o discurso enfatiza primordialmente os aspectos do crescimento econômico. Por exemplo, (BRESSER PEREIRA, 1977) destaca o processo da industrialização como gerador de empregos, porém não aponta os aspectos negativos decorrentes de tal processo. Cita a mecanização da agricultura e o conseqüente êxodo rural sem cogitar seus resultados desastrosos, como se todos os trabalhadores rurais que migrassem do campo para a cidade, tivessem sido dignamente absorvidos pelo espaço urbano. Não aborda critérios fundamentais para avaliar as condições de desenvolvimento social de uma população tais como, acesso à educação, saúde, saneamento, segurança alimentar e física.

Do mesmo modo, o desenvolvimento rural no Brasil é tratado sob as lentes do desenvolvimentismo, especialmente no período compreendido entre 1950 e 1970. O notável crescimento econômico e o grande peso da agricultura nas contas nacionais despertam a formulação de políticas governamentais direcionadas ao desenvolvimento rural, que era entendido no período, como sinônimo de desenvolvimento agrícola.

De acordo com a afirmação de NAVARRO,

“Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado natural do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p.87).

Ainda no contexto brasileiro, especialmente no período da ditadura militar (1964-1985), emergiu a chamada “modernização conservadora”, caracterizada pela intensificação do uso de máquinas e de novas técnicas de produção que acarretaram o aumento da produtividade agrícola. Além disso, novas formas de crédito e de comercialização da produção foram implementadas. A denominação “modernização conservadora” é devida ao fato de que a necessária mudança de base para a promoção de um efetivo desenvolvimento rural não ocorreu, isto é, a reforma agrária.

Atualmente, a concepção de desenvolvimento rural também se modificou, ampliando o seu foco. Além dos parâmetros restritos ao crescimento econômico, novos elementos são inseridos a discussão do tema, tais como: relações sociais de trabalho e emprego; preocupações com os impactos ambientais; apoio à agricultura familiar; valorização das comunidades locais e de suas culturas, etc..

Complementando o exposto no parágrafo anterior, é importante dimensionar a abrangência do “rural” a que se está referindo. Segundo (ANJOS E CALDAS, 2012) o termo rural não representa apenas as áreas físicas destinadas essencialmente ao trabalho agropecuário, mas representa também uma construção social dinâmica e evolutiva, na qual as preocupações extrapolam a produtividade das áreas cultivadas alcançando até a qualidade de vida das pessoas.

Prosseguindo o movimento do conceito de desenvolvimento, encontram-se as perspectivas menos tradicionais e mais abrangentes, como por exemplo, a dos autores Ignacy Sachs e Amartya Sen.

Sachs é referido como *ecossocioeconomista*, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. De acordo com (SACHS, 1995), é necessário eliminar o economicismo, isto é, a idéia superficial de que a competitividade é sempre positiva. Segundo o autor, a competitividade não é

igualitária, pois os fluxos de capitais, comerciais, tecnológicos e a apropriação dos meios de produção não são equilibrados.

Amartya Sen propõem, como estratégia para o desenvolvimento, a expansão das capacidades das pessoas para atingirem as suas liberdades fundamentais. PINHEIRO comenta,

“No arcabouço conceitual do desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas. Contudo, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores externos, como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como esses, chamados por Sen de fontes de privação das liberdades dos indivíduos” (PINHEIRO, 2012, p.14)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta evidências de que o conceito de desenvolvimento assumiu diferentes significados. Estes variam de acordo com o momento histórico e com as perspectivas adotadas pelos diversos observadores.

O trabalho traz como contribuição, a oportunidade para os leitores apropriarem-se das várias concepções do significado de desenvolvimento, que não devem ser compreendidas como excludentes, muito pelo contrário, devem ser vistas como complementares. Acredita-se que a percepção e o entendimento do conceito evoluído de desenvolvimento, seja recomendável para alunos, professores, pesquisadores, gestores públicos e gestores da iniciativa privada que venham a lidar com assuntos relativos ao tema.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997 p. 33-55.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **O dualismo histórico-estrutural**. In Bresser-Pereira, L.C. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p.210-218. (Capítulo XVI).
- PINHEIRO, M.M.S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. In: *Textos para Discussão*, Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In: *Revista Estudos Avançados*, 15 (43), 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V. **Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva**. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 21, n.2, p. 385-402, 2014.
- SACHS, I. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. In: *Estudos avançados*, v. 9, nº 25, 1995, p.29-63.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**, Coleção os economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.111.
- SEN Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo, Cia. das Letras. (Introdução e caps. 1, 2 e 4 ).